

ACERTO DE CONTAS: Equipe leva hoje carta de intenções para discutir com o Fundo

Ajuda financeira coordenada pelo FMI pode ser aprovada na próxima semana

Malan explica ajuste no Senado e garante que política cambial não vai mudar

Maria Luiza Abbott

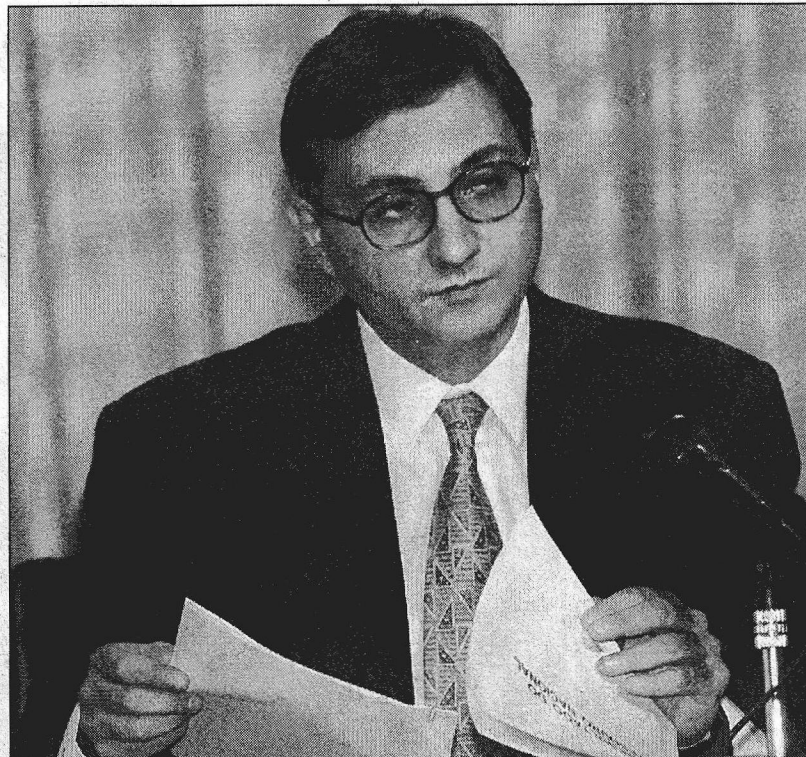
• **BRASÍLIA.** A carta de intenções que o Brasil vai apresentar ao Fundo Monetário Internacional (FMI) já está praticamente pronta. Uma missão brasileira, integrada pelo secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, e pelo chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, embarca hoje para Washington, onde acertará os últimos detalhes com os técnicos do FMI. Segundo integrantes da equipe econômica, a carta de intenções pode ser submetida ao Fundo na próxima semana, antes mesmo de o Congresso votar o Programa de Estabilidade Fiscal anunciado na última quarta-feira.

A missão do Fundo, chefiada pela responsável pela América Latina, a economista Teresa Ter-Minassian, deverá analisar a consistência das medidas do pacote com as metas de superávit primário já acertadas com a instituição. Além das metas, será avaliado o cenário macroeconômico que serviu de base para a elaboração do programa fiscal. Nesse cenário, estão a queda de 1% na atividade econômica e a inflação de 2% previstos para 1999. Ainda na próxima semana, o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, deve se juntar à missão brasileira nos EUA.

Detalhes sobre superávit podem ficar de fora da carta

A carta de intenções deverá ser mais enxuta do que as anteriores e deverá se restringir às metas para as contas públicas e outros parâmetros que envolvem esses cálculos. Deverão ser fixadas as metas para o déficit nominal (que inclui as despesas com juros) para os próximos três anos, mas ainda não está acertado se os resultados para o superávit primário (que exclui os gastos com juros) serão incluídos na carta, segundo explicou um integrante da equipe econômica. Ele acrescentou que nem a variação de juros e nem a desvalorização cambial irão fazer parte da carta.

As metas para o superávit primário de 2,6% do Produto Interno



AMAURY BIER, secretário de Política Econômica: negociação com técnicos

Bruto (PIB) em 99,28% do PIB para 2000 e 3% do PIB para 2001 já foram acertadas com o Fundo e constam em um comunicado conjunto do Brasil e do FMI. Esses valores são aqueles considerados necessários para estabilizar o valor da dívida pública em relação ao PIB, que é o indicador que mostra se o país terá condições de pagar seus compromissos. A relação está em 44% do PIB.

A expectativa da equipe econômica é de que não haja dificuldades em convencer os técnicos do FMI a aprovarem as propostas.

Desta vez, país não tem compromissos vencidos

Os caminhos da negociação foram facilitados pelas conversas que o vice diretor gerente do Fundo, Stanley Fischer, teve com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, e o diretor de Política Monetária do BC, Francisco Lopes, durante sua vinda ao Rio na semana passada. Além disso, esse acordo é diferente dos demais já feitos pelo Fundo, porque o Brasil não está precisando de recursos para pagar compromissos já vencidos. O acordo é essencial para que o

país recupere o mais rápido possível a credibilidade no mercado financeiro internacional e volte a receber investimentos externos para equilibrar suas contas.

Depois de aprovada pelos técnicos do FMI, a carta de intenções é apresentada ao diretor gerente da instituição, Michel Camdessus, que a submeterá ao board de diretores, depois que ele próprio a aprovar.

Ministro descarta no Senado queda abrupta do real

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, foi ontem ao Senado explicar o Programa de Estabilidade Fiscal e garantiu, mais uma vez que, a política cambial do Governo será mantida e que não há possibilidade de promover uma desvalorização abrupta do real. Segundo o ministro, que foi ao Senado acompanhado do presidente do Banco Central, Gustavo Franco, na atual situação do mercado financeiro internacional, nenhum país em desenvolvimento conseguiria fazer uma desvalorização controlada da moeda. Segundo o ministro, a desconfiança do mercado acabaria obrigando o Governo a fazer ajustes cambiais sucessivos e cada vez maiores.

O ministro citou que os países emergentes que tentaram combater a crise econômica com desvalorizações cambiais terminaram por entrar em recessão acentuada, lembrando os casos do próprio México, que teve queda de 7% do PIB em 1995, da Tailândia, Coréia e Malásia, onde a economia deve se retrair entre 6% e 8% neste ano, e da Indonésia, que deverá ter em 1998 retração de 15% na economia. Malan reafirmou a política de ajuste gradual da taxa de câmbio que vem sendo conduzida pelo Banco Central. Ele observou que o real deve se desvalorizar 7,5% neste ano em relação ao dólar. Considerando que a inflação média será de 1,5%, a correção no valor real da moeda brasileira será de 6%.

— Já estamos fazendo o ajuste de maneira gradual e discreta — disse Malan.

Desequilíbrio é insustentável, diz ministro Malan

O grande ajuste que deve ser feito na economia brasileira, enfatizou o ministro, é a redução do déficit nas contas do setor público, que atingiu 7,76% do PIB nos últimos 12 meses. Ele afirmou que esse desequilíbrio é insustentável e pediu aos senadores que aprove com urgência as medidas do programa fiscal que serão enviadas ao Congresso. A parte mais importante das propostas do Governo, segundo Malan, é a que trata das reformas estruturais, como a da Previdência, a administrativa, e a tributária, além das mudanças nas regras de controle orçamentário da União, dos estados e dos municípios que serão encaminhadas ao Congresso nos próximos dias.

Malan respondeu ainda as acusações de que o Governo teria apresentado o programa de ajuste fiscal ao FMI antes de informar a sociedade e os parlamentares do teor das medidas. Segundo o ministro, o FMI conhecia apenas as linhas gerais do programa e as medidas detalhadas só foram encaminhadas ao fundo na quarta-feira, por e-mail. ■

COLABORARAM Odail Figueiredo e Sheila d'Amorim